

Literatura e ontologia política, algumas especificidades da leitura literária

Prof. Dr. Leonardo Pinto de Almeida (PUC-Rio)¹

Resumo:

O espaço literário é um espaço de experimentação e de produção de singularidades. Um espaço que possibilita uma experiência desviante em relação às normas e às regras de nossa sociedade, uma experiência de resistência às repetições de comportamentos e de pensamentos produzidos pela dinâmica do mundo contemporâneo, regido pela linguagem de poder. Atualmente, vemos como a normatização de nossa sociedade é resultado de inúmeros dispositivos de poder que nos cercam. Eles enquadram o indivíduo moderno na dinâmica hegemônica reinante. A sociedade produz comportamentos mecanizados e repetitivos (os hábitos) e pensamentos recorrentes que seguem as políticas de massa (as convicções). Muitos dos sofrimentos que assolam o homem moderno surgem destas repetições. A presente proposta de trabalho tem como objetivo trazer à luz uma reflexão acerca de uma política da subjetividade ligada ao espaço de ressonância aberto pela experiência literária.

Palavras-chave: literatura, experiência, política, leitura, resistência.

Introdução

A literatura é uma forma de atualização do ser da linguagem muito particular. Ela não estaria a serviço da utilidade. Ela não é experimentada como uma linguagem que tem seu fim fora de sua experiência. Ela não existe para nos dar informações precisas sobre a vida à nossa volta. Ela não materializa regras e funcionalidades da linguagem padronizada. Se pudéssemos falar algo sobre a característica principal da literatura, afirmaríamos que ela vem à luz não para confirmar nossos ideais nem para dizer o que devemos ou não fazer de nossas vidas, mas para elaborar uma experiência intensa que possibilite o questionamento do mundo e de nós mesmos. Daí, a possibilidade dela produzir mudanças subjetivas no sujeito que mergulha em seu campo experiencial.

Quando pensamos na experiência literária, devido a esta característica, em que observamos ser ela uma atividade que tem seu fim nela mesma, nos encontramos com um modo de ser da linguagem muito diferente de seu uso cotidiano. Quando tomamos um jornal para lermos, ele nos interpela enquanto sujeito e nos demanda resposta, já que reproduz palavras de ordem que circundam em nossa sociedade. Ele requer nossa opinião, nossas convicções como cidadão. Assim sendo, quando lemos sobre um crime, nos perguntamos sobre a condição do crime. Somos convocados pela moral vigente a darmos nossa opinião ou tomarmos partido daquele fato capturado pelo jornalista. As informações alimentam as palavras de ordem da sociedade e sua moral. Elas fabricam convicções e as atrelam ao sujeito contemporâneo tão afeito a estas cronificações linguageiras.

No entanto, a leitura literária coloca em questão estas convicções que circundam nossa vida no dia-a-dia. A experiência literária não nos interpela enquanto pessoa, mas sim enquanto processo, enquanto elemento de um espaço onde ressoam componentes subjetivos e textuais na produção da subjetividade e do sentido. Quando nos deparamos com os crimes hediondos de Raskolnikov, não

¹ Prof. Dr. Leonardo Pinto de Almeida, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Psicologia, leonardo.p.almeida@gmail.com

somos convocados a execrá-lo como criminoso, mas a pensarmos e até a entendermos os motivos de seu crime. Este livro de Dostoiévski (1982), intitulado *Crime e Castigo*, produz junto ao leitor um encontro singular. Este acontecimento produz um questionamento profundo dos limites que o atravessam enquanto sujeito: seus hábitos e suas convicções.

Esta diferença ocorre porque no jornal e nas obras de informação em geral o sentido dado e o sentimento estão, muitas vezes, apartados ou não são produzidos concomitantemente por causa da falta do processo de identificação com os sujeitos da informação. Já a literatura abre um espaço de experimentação em que o sentimento e o sentido andam de mãos dadas. Quando somos convocados por um sentimento ou uma emoção produzida pela apresentação de um personagem, este sentimento é o próprio modo ser do sentido manifestado.

O espaço literário seria assim um espaço de experimentação e de produção de singularidades. Um espaço que possibilita uma experiência desviante em relação às normas e às regras de nossa sociedade, uma experiência de resistência às repetições de comportamentos e de pensamentos produzidos pela dinâmica do mundo contemporâneo, regido por aquilo que Blanchot (1969) chamou muito propriamente de *linguagem de poder*.

Atualmente, vemos como a normatização de nossa sociedade é resultado de inúmeros dispositivos de poder que nos cercam. Eles tomam o indivíduo moderno e o enquadram segundo a dinâmica hegemônica reinante.

A sociedade produz comportamentos mecanizados e repetitivos (hábitos) e pensamentos recorrentes que seguem as políticas de massa (convicções). Muitos dos sofrimentos que assolam o homem moderno surgem destas repetições.

Assim sendo, observaremos ao longo do presente artigo, como a experiência literária pode caracterizar uma experiência desviante e um foco de resistência às repetições dos hábitos e das convicções sociais, comportamentais, mentais e culturais, impostas pela cultura de massa em uma associação com certa crítica especializada que tenta normatizar a experiência, calando o espaço de ressonância aberto pela literatura.

1. *Aufklärung* e a questão da liberdade

Em *O que são as luzes*, Foucault (1984/2006), analisando um artigo kantiano intitulado *Was ist Aufklärung?*, segue a reflexão de Kant em sua busca pela caracterização da *Aufklärung*. Antes de tudo, a *Aufklärung* é, para Kant, uma *Ausgang*, uma saída. Uma saída do estado de menoridade que se caracterizaria pela obediência cega aos auspícios do poder. Assim, segundo Foucault, este texto kantiano abre precedente para um uso importante da filosofia: o de pensar o próprio presente a que estamos inseridos.

Deste modo, a *Aufklärung* seria uma atitude, um modo de relação com o estado de coisas concernente à atualidade. Ele se caracterizaria como uma atitude que possibilitaria libertar o homem do estado da menoridade. Uma atitude que produz uma mudança subjetiva em relação ao poder, sendo uma saída deste estado aprisionado para uma condição de maioridade que seria assim o uso legítimo da razão. A *Aufklärung* estaria intrinsecamente associada a uma atitude que busca a liberdade e a maioridade. Uma tarefa de difícil feita, pois depende de coragem e de ousadia no uso da razão.

Ao examinar este problema levantado por Kant, Foucault salienta que a atitude moderna é a tarefa de elaborar a si mesmo por meio da prática da liberdade. No entanto, ele afirma que não chegamos à maioridade ainda, pois as experiências a que nos submetemos são atravessadas por forças estranhas à liberdade, mostrando assim que a modernidade é realmente uma atitude.

Aqui poderíamos aproximar esta atitude moderna, salientada por Foucault, ao enigma da morte de Deus em Blanchot. Em *A parte do fogo*, Blanchot (1949/1997) observa que a morte de Deus está longe de trazer um apaziguamento e uma tranquilidade. A morte de Deus seria como *um enigma*. Ela seria uma tarefa sem fim, pois somos, a todo o momento, assolados pelos modos de obliteração da experiência que podemos chamar, junto a Nietzsche (1887/2001), de sombras de Deus.

Esta morte abre para a vida humana as possibilidades da liberdade: liberdade e tarefa caminham aqui, conjuntamente. No entanto, vemos com as sombras de Deus, que a vivência radical da liberdade é algo raro nos dias de hoje. É como se houvesse uma luta entre a manifestação da liberdade e os mecanismos de esquecimento desta radicalidade.

Assim sendo, podemos vislumbrar que o homem moderno é atravessado por inúmeras ramificações do poder. A tarefa da liberdade é a própria tarefa da *Aufklärung*: a de chegar ao estado de maioridade, ou melhor, a de se desvencilhar das correntes destas ramificações do poder.

Deste modo, podemos nos indagar quais seriam as relações entre a experiência literária e estas reflexões acerca da problemática do poder. Ou ainda, em que a experiência literária poderia nos ajudar em uma reflexão acerca da dinâmica de poder e da resistência no mundo contemporâneo e qual seria o seu papel no surgimento do sujeito moderno?

Tanto Deleuze e Guattari, quanto Foucault, Blanchot e Nietzsche, apontam o papel da experiência literária na resistência à ordem hegemônica. A resistência é aquilo que muda o estado de coisas e a literatura possibilita que o escritor e o leitor questionem o mundo que os cerca e as verdades que os constituem e os formam. Isto nos remete a um pensamento ético e político acerca da experiência literária, pois ela proporciona o questionamento incisivo das convicções, dos hábitos e dos comportamentos estereotipados.

2. A contemporaneidade em suas relações com a verdade e o poder

Em *Nietzsche, la généalogie, l'histoire* (1971/1994) e *A verdade e formas jurídicas* (1973/1996), Foucault aponta que sua preocupação está ligada a um questionamento da natureza da verdade, e que tanto ele quanto Nietzsche dão ênfase ao problema da relação entre a verdade e a formação do sujeito.

Assim, partindo da genealogia nietzscheana, ele se indaga sobre os componentes constitutivos deste método de investigação, afirmando que ele se apóia sobre o conceito de *Erfindung* (invenção), contrapondo-o ao de *Ursprung* (origem).

O conceito de *Ursprung* remeteria a um modo de ver e compreender a história como uma trama contínua. Um dos problemas deste modo de compreensão da história estaria ligado à busca de um ser ou de um sentido extratemporal – transcendente à própria história –, que explicaria com bases metafísicas o seu tecido constitutivo.

Em contraposição a *Ursprung*, Foucault – junto ao pensamento nietzscheano – instrumentou seu método investigativo da história baseando-se em um entendimento dos acontecimentos como invenções de forças que atravessam a vida. O conceito de *Erfindung* vem se atrelar ao questionamento genealógico, apoiando-se na idéia de descontinuidade e ruptura. A invenção indica que os eventos históricos vêm à luz através de uma certa gama de atravessamentos de forças constitutivas à história. Com este conceito, Foucault tenta proporcionar uma compreensão crítica da história que se contrapõe aos componentes metafísicos desta disciplina, pois não visa a descobrir uma explicação extratemporal, abrigada da experiência.

Deste modo, por apontar para uma busca da origem, o método histórico fundado na *Ursprung* acredita que os objetos, as idéias e os acontecimentos são naturais, tendo uma gênese, uma evolução e um progresso em vistas. Já o método genealógico, ao se apoiar no conceito de *Erfindung*, passa a entender que nada tem origem e que tudo é inventado pelo entrelaçamento de forças, apontando para as idéias de ruptura e descontinuidade. Assim sendo, os objetos, as idéias e os acontecimentos são inventados. Deste modo, o conhecimento e a verdade foram produzidos por relações de poder, que intentam naturalizá-las, instituí-las como verdade. Este método possibilita perguntarmos sobre estas incrustações interpretativas do mundo.

Utilizando este método, Foucault produz uma reflexão que se indaga por uma história das verdades. Em *História da Sexualidade 2* (1985), mostra como através da união dos métodos arqueológico e genealógico, ele se questionou, ao longo de sua obra, sobre as práticas médicas,

sociais, discursivas, epistêmicas, punitivas e de si, sempre permeando a problematização das verdades instituídas pela dinâmica do poder.

Através de sua pesquisa, Foucault pensou sobre as relações entre as instituições e os modos de existência produzidos por ela, se perguntando sobre as cronificações interpretativas que produziram a verdade sobre o louco, o criminoso, a ciência, a crítica e seus modos de existir correlatos. Estas cronificações são verdades que impõem regras de condutas comportamentais, mentais, institucionais e sociais. Condutas próximas àquilo que Kant chamou de menoridade.

A análise foucautiana acerca da dinâmica das sociedades disciplinares e do biopoder nos ajudará em nossa análise subsequente do papel político da leitura literária, como uma atitude que possibilitaria a saída do estado da menoridade, ou seja, ela apontaria para uma forma de resistência não somente às verdades instituídas pela sociedade, mas às instituições e às regras que constituem o sujeito (suas convicções e seus hábitos).

Ao se questionar sobre a naturalização das verdades no contemporâneo e ao problematizar as práticas que as formaram, Foucault (1999) analisa, no seu curso *Em defesa da sociedade*, as dinâmicas do poder na sociedade de soberania, e nos séculos XVII e XVIII, com a emergência de mecanismos disciplinares e de biopoder.

Ele afirma que a característica principal da sociedade de soberania é a de que o soberano tem o poder sobre a vida e a morte de seus súditos, o que ele indica ser o direito de “fazer morrer ou deixar viver” (Foucault, 1999, 289). O soberano teria o direito de resolver sobre quem morre e quem vive.

No entanto, com o passar dos séculos, os mecanismos de poder se complexificaram, segundo Foucault, e ocorreu o surgimento de um poder que inverte de certa forma a máxima do soberano, já que ela visa a *fazer viver ou deixar morrer*. Esta seria uma dinâmica de poder que rege sobre a vida da espécie e não sobre a morte do sujeito.

Entretanto, Foucault (1999) indica que antes da emergência deste poder, no final do século XVII e ao longo do século XVIII, se instalam tecnologias de poder que intentam exercer um controle sobre o corpo individual dos sujeitos e os problemas que colocam em xeque a dinâmica da sociedade. Daí surgiram tecnologias disciplinares que tentam organizar, racionalizar, vigiar, punir e disciplinar os corpos dos sujeitos.

Esta tecnologia disciplinar se caracteriza por práticas de verdade ligadas à naturalização de idéias e de comportamentos que visam ao funcionamento da sociedade. Estas práticas se locaram comumente em instituições, sendo elas, médicas, escolares, carcerárias e assim por diante. Elas institucionalizam verdades e regras de condutas para o melhor funcionamento da dinâmica social. Seu intuito é exercer um controle sobre os corpos dos indivíduos.

No entanto, Foucault (1999) salienta ainda que, na segunda metade do século XVIII, surge uma nova tecnologia de poder que não seria disciplinar e que teria a intenção de atuar sobre a vida dos homens, sobre a vida da espécie, do grupo social. Esta tecnologia, chamada por ele de *biopoder*, tem a característica de regulamentar a massa de indivíduos. Ela se caracterizaria por seu olhar cair sobre a população e cingir sobre os fenômenos em série que ocorrem com uma população em uma determinada duração temporal. Assim, ela se exerceria através de mecanismos diferentes dos disciplinares que incidem sobre os corpos, já que seus mecanismos são de caráter regulador.

O poder nas sociedades tem, como uma de suas funções, a organização. Deste modo, o regime organizador da soberania, ao sofrer acontecimentos derivados da explosão demográfica e da industrialização, originou novos mecanismos de poder: um, disciplinar, que visava a vigilância e treinamento dos corpos individuais, e outro, regulamentador, que incidia sobre os processos bio-sociológicos da população.

As políticas públicas do século XVIII e XIX apontam para a complexificação destes mecanismos que se intrincam, se misturam, para melhor organizar o funcionamento da sociedade. Foucault (1999) indica que a mistura destes dois mecanismos de poder atravessa a *sociedade de normalização*. A norma seria o ponto de interseção entre as práticas disciplinares e as de biopoder. Seria justamente por causa desta união entre a disciplina e a regulamentação que o autor afirmará a

primazia dos controles sobre a vida, já que nesta sociedade o poder permearia suas ramificações do corpo individual à massa populacional.

Deleuze (1992), em dois artigos publicados no livro *Conversações 1972-1990: Controle e devir e Post-scriptum sobre as sociedades de controle*, analisa os problemas levantados por Foucault acerca das políticas de organização das sociedades de soberania, disciplinar e de controle, afirmando o surgimento de uma nova forma de sociedade com o fim da Segunda Guerra Mundial: a de controle.

Em *Post-scriptum sobre as sociedades de controle* (1992b), ele afirma que as sociedades do século XVIII e XIX seriam sociedades disciplinares, pois a forma de organização prevalescente seria a das técnicas de confinamento, apresentada pelos estudos foucaultianos acerca dos espaços fechados que geriam a vida em sociedade: a família, a caserna, a fábrica, a escola, o hospital e a prisão.

Deleuze aponta para uma crise destes modelos de confinamento que caracterizavam as sociedades disciplinares, indicando o surgimento de uma nova forma de organização social: a sociedade de controle. É como se as tecnologias de poder se extrapolassem com o surgimento do controle, já que ele aponta para uma continuidade e um poder ilimitado. As ramificações do poder se multiplicam e são eminentemente descentralizadas. Ele indica para uma bio-política sofiscada, pois constrói novas políticas de regulamentação no seio de regimes disciplinares como a prisão, a escola, os hospitais e as empresas. Assim sendo, ela indica para uma crise das instituições, por causa de sua característica descentrada e ilimitada.

No entanto, o controle não visa exclusivamente a cindir seu poder sobre os corpos ou sobre a regulamentação da população. Ele se caracteriza principalmente por um controle mais virtual, pois incide sobre o desejo, através do consumo, da informação e da comunicação.

A parceria de Guattari e de Deleuze construiu uma análise da dinâmica da sociedade atual, regida por modos sofisticados de controle e de criação. Para eles, o desejo seria aquilo que coloca a máquina social em xeque, mas por este mesmo motivo ele seria capturado e produzido pela sociedade, através das construções midiáticas, por exemplo.

Em um livro intitulado *Cartografias do desejo* (1986), Guattari mostra a dinâmica da sociedade atual. Ele afirma que o mundo capitalístico é uma máquina de produção de subjetividades, tendo uma natureza industrial. Essa maquinaria não só incide sobre os corpos individuais e sociais, mas também sobre os seus desejos, visando a igualar tudo, ao produzir subjetividades serializadas e modelizadas. Estas forças de modelização e de serialização de subjetividade têm por funções a construção da hegemonia e da dominância. Este modo de ser da maquinaria, Guattari (1986) chama de sistemas de produção de subjetividades hegemônicas, já que são regidas pela padronização.

Esse modo de produção se utiliza de sistemas de segregação, de hierarquia inconsciente, de escalas de valor e de disciplinarização para controlar a produção e serializar subjetividades. As relações de opressão e de alienação o atravessam na busca da formação de subjetividades hegemônicas.

Entretanto, há linhas de fuga, há modos de produção, engendrados na maquinaria capitalística que possibilitam a problematização da hegemonia e da dominância vigentes. Esses são chamados processos de singularização, regidos por relações de expressão e de criação. Observam-se, então, *relações de alienação e de opressão* que caracterizam o *modo de produção de subjetividade hegemônica*, e *relações de expressão e de criação* que problematizam o primeiro, e representam os *processos de singularização*.

Deleuze (1992a) afirma, em *Controle e devir*, que o seu interesse e o de Guattari no livro *Mil Platôs*, era definir a sociedade por suas linhas de fuga, suas minorias e suas máquinas de guerra. São elas que colocam a sociedade em questão, possibilitando a criação, já que trazem o intempestivo para o seio da batalha contra a hegemonia.

É necessário fazer uma ressalva em relação a esta dinâmica observável no mundo capitalístico: Guattari (1986) não entende a produção de subjetividade, seguindo um modelo teórico calcado no dualismo, onde estariam, de um lado, as subjetividades hegemônicas e, de outro, os processos de singularização. O que ocorre, na dinâmica capitalística, são processos regidos por múltiplos atraves-

samentos, onde se observa esses dois modos de produção de subjetividades mesclados, misturados. Oratando predominância de um, ora de outro.

Essas linhas de fuga traçadas pelos processos de singularização produzem revoluções, no âmbito micropolítico, sendo chamadas, por Guattari (1986), de *revoluções moleculares*. Elas são modos de resistência contra o controle hegemônico.

Em contraponto a isso, vemos que, na dinâmica hegemônica de produção, há uma tentativa de eliminação dessas possíveis linhas de problematização. As *revoluções moleculares* são detectadas pelos sistemas hegemônicos, como componentes nocivos ao corpo social, ao corpo da maquinaria capitalística. Com isso, estes sistemas possuem duas maneiras de lidar com as revoluções: (1) atitude normalizadora: ignorando-as ou recuperando-as e integrando-as; e (2) atitude reconhecendo-ra: tentativa de articulação para transformar a situação.

Estas revoluções moleculares se assemelham com aquilo que Foucault chama de micropolítica. A natureza descentrada do poder faz com que o sujeito trave micro batalhas contra o poder. No entanto, como as forças de criação e de restrição são múltiplas, elas constituem uma dinâmica que não seria arborescente, mas sim rizomorfa, como Deleuze e Guattari (1995a) afirmam no texto *Introdução: Rizoma*. Lidar com as ramificações do poder que nos constitui de forma resistente, é não nos deixar levar pela ilusão do poder arborescente - ilusão que já aponta para uma dimensão hegemônica.

Assim, existem estados de coisas que formam, constituem e alienam o sujeito contemporâneo. Esta forma de ver a relação entre a dinâmica do poder, da subjetividade e da política mostra como a resistência é aquilo que muda o estado das coisas. Ela seria um ato de coragem e de ousadia que tenta criar novos modos de existir.

Como podemos observar, ao longo das obras de Foucault, de Deleuze e de Guattari, seus pensamentos apontam para o caráter político, estético e ético da resistência à hegemonia. Político, pois questiona os fascismos impostos pela institucionalização das verdades; estético, porque tentam cavar novos modos de viver; e ético, pois colocam em questão as verdades que nos atravessam, apontando a importância desta tarefa contínua. Entretanto, estas três dimensões estão intrinsecamente ligadas. Este pensamento aponta justamente para o uso da liberdade na busca da maioria, na busca de novos modos singulares de existência.

Contudo, poderíamos nos questionar: em que a leitura literária se encaixaria nesta problematização dos modos de vida na atualidade? Como a literatura apresentaria formas de resistência às verdades sociais e internalizadas pelo sujeito contemporâneo? Podemos adiantar que a leitura literária será vista como uma forma desviante, uma forma de resistência à hegemonia, que possibilita a mudança do estado de coisas.

4. Leitura e subjetividade

Em *Loucura e sociedade*, Foucault (1970/1999) salienta o forte poder normatizador da sociedade capitalista. Ele sublinha que a literatura, no início do século XX, sofreu de uma perda do seu potencial transgressivo intrínseco, devido ao poder de absorção do capitalismo. Este fenômeno foi chamado por nós de *pasteurização da transgressão* (Almeida, 2007). Este poder normatizador da cultura e de certa crítica especializada tiram da experiência literária o que ela tem de intempestivo, inserindo-a no tempo da história e no formato de produto.

A absorção da literatura pelo poder, seja ela representada pela mídia, pela cultura de massa em geral, pelo mercado, ou pela crítica especializada, tenta fazer da literatura algo que ela não é: uma informação, uma linguagem a serviço do poder.

Para Blanchot (1959), ela seria justamente o contrário: uma *linguagem sem poder*. Ela, segundo o autor, não seria “a palavra útil, instrumento e meio, linguagem de ação, do trabalho, da lógica e do saber” (Blanchot, 1959: 276) ou, para afirmarmos com Deleuze, Foucault, Guattari e Nietzsche, ela seria uma forma de resistência ao poder. No entanto, como vimos, a resistência não é

dada com o surgimento da literatura, pois forças múltiplas de coação e de criação a atravessam, inexoravelmente, e também a toda sociedade.

Esta caracterização nos ajudará a compreender como a leitura, seguindo o potencial criativo da literatura, pode possibilitar um encontro que cause a mudança do estado de coisas, sendo assim uma atividade política de resistência e um acontecimento que produz singularidades, ao colocar em xeque as convicções e os hábitos, não só languageiros, mas relacionados aos modos de existir. Na leitura literária, algo de desmedido nos aparece, proporcionando uma experiência que torna possível a saída dos impasses repetitivos que atravessam o sujeito contemporâneo hodiernamente.

Neste ponto da discussão, lembremos Kant e a questão da *Aufklärung*: sair da menoridade, que seria a subjugação e a valorização da autoridade em detrimento das forças criativas, é uma tarefa que requer ousadia e coragem e, talvez, muito mais do que isso, pois somos assolados por vetores de coação por todos os lados. Em *Controle e devir*, Deleuze (1992a) mostra como criar é colocar em questão as naturezas que nos aprisionam. Na sociedade de controle, o dinheiro faz da comunicação um mecanismo de poder, pois ela é o veículo das palavras de ordem. Comunicação, informação e dinheiro regem a dinâmica hegemônica do mundo capitalista.

Ao analisar o problema relativo às palavras de ordem, Deleuze e Guattari (1995b) mostram como a dinâmica do uso social da linguagem estaria ligada diretamente ao uso destas palavras. A linguagem é o conjunto das palavras de ordem, apontando uma rigidez de seu uso. Neste texto, vemos o problema dos usos majoritários e minoritários da língua se delinear. O uso majoritário, o qual estaria associado diretamente com estas palavras de ordem, com a rigidez da linguagem cotidiana, com o estereótipo, implica na dominação, no poder e no metro-padrão da linguagem. Já o uso minoritário implica um modo de resistência à padronização e à rigidez da linguagem.

O modo de tratamento majoritário da linguagem estaria do lado do padrão, da homogeneidade, da ordem, da constância, do poder; enquanto o outro, o minoritário, seria uma via criativa que se posiciona frente ao outro uso da linguagem como uma resistência aos mecanismos de captura e controle.

Em *A literatura e a vida*, texto contido em *Crítica e Clínica*, Deleuze (1997) aproxima o delírio observado no ato da escrita literária e o *minorar a língua*. Escrever literatura seria enlouquecer a tal ponto a linguagem fazendo com que ela subverta os códigos majoritários de seu uso. Por isso, ele diz com Proust que fazer literatura é escrever em uma língua estrangeira.

Minorar a língua seria produzir uma forma de crítica à língua materna, maior e dominante, cavando vias de escoamento com o intuito de transgredir aos limites impostos pela linguagem. Ao analisar este problema, Deleuze afirma que “uma literatura de minoria não se define por uma língua local que lhe seria própria, mas por um tratamento a que ela submete à língua maior.” (Deleuze, 1997, 66) Ou seja, o que caracterizaria a literatura e sua forma de minorar a língua seria o modo de como trata a língua dominante.

A literatura seria, então, uma forma de resistência às palavras de ordem que circulam no nosso cotidiano. Ela tende a subverter a língua maior e a subverter a fala hegemônica.

Como afirmamos anteriormente, a experiência de ler literatura é um espaço privilegiado para pensarmos a produção de singularidades, já que ela não implica nem respostas, nem verdades. Ela é um campo de relativismo em que deixa acontecer o próprio sentido em seu seio.

Em *Les Testaments trahis*, Kundera contrapõe a literatura ao dogmatismo e à vontade de verdade e de sistematização, já que o romance é “território onde o julgamento moral é suspenso”. (Kundera, 1993, 16) A literatura convida à alteridade, à compreensão da infinidade de idéias e de reações que os seres humanos podem ter ao se relacionarem com um determinado problema existencial. Ela convida o leitor a experimentar opiniões, convicções e hábitos diferentes das suas. É como se o leitor fosse convocado a tornar-se um outro em seu encontro com o texto. Ele é convidado a continuar o pensamento através da ressonância leitora.

A literatura, de fato, sustenta uma posição adversa à vontade de verdade e de controle. As verdades, os juízos e as convicções não são instrumentos dogmáticos utilizados pela reflexão literá-

ria em sua pesquisa sobre a existência. Ela os usa somente para colocá-las em questão e convidar o leitor a continuar o pensamento.

Com Piegay-Gros (2002), podemos observar que a experiência da leitura literária é uma *experiência intensa*. Diferente de outras formas de manifestações da linguagem, na experiência literária não existe a dissociação entre o sentido e o sentimento, como ocorre com a informação. Quando lemos *Aparição* de Maupassant (1883/2000) e sentimos calafrios ao percebermos a presença da mulher sobre a cama, a emoção aponta para o próprio sentido do texto.

Neste caso, vemos que, ao ler literatura, o leitor é atravessado por componentes subjetivos e textuais que ressoam em um campo de batalha na produção do entendimento e do acolhimento da obra. Daí, a possibilidade de mudanças subjetivas e seu caráter político.

A literatura é uma forma de resistência aos códigos lingüísticos e à tradição, e através da leitura, ela possibilita um questionamento das ramificações do poder que nos atravessam. Entretanto, como a sociedade, a literatura sofre restrições e controles que apontam para formas de subjetivação. Com a leitura literária, podemos observar formas de subjetivação, de normatização e de controle, por meio das ramificações de poder, representadas pela cultura de massa, pela crítica e pelo mercado, e também formas de singularização que indicam uma política de questionamento dos microfascismos que nos constituem, possibilitando o surgimento de novas formas de existir.

Com Foucault (1969/2001), podemos ver que a literatura, entendida por ele, como uma escrita transgressiva, foi capturada por mecanismos de poder complexificados pela demanda das sociedades disciplinares e de normalização. O autor transgressivo era encarcerado, pois a escrita passou a ser um ato transgressivo como outro qualquer na entrada da modernidade: modo disciplinar de coagir a criação. Não obstante, com o passar dos séculos, a autoria foi cada vez mais se atrelando aos mecanismos de controle da interpretação. E os mecanismos de poder se complexificaram nas sociedades de controle, ganhando o campo midiático. A cultura de massa tende a absorver a experiência literária, modelizando a relação dos leitores com a obra literária. Nisto podemos ver como existe uma modelização e uma serialização dos desejos, do consumo, através de uma biopolítica da leitura.

Quando Foucault (1999) analisa o biopoder e sua relação com o racismo, uma coisa nos chama atenção: o ato de queimar livros na modernidade e, principalmente, no século XX. As sociedades usavam sempre seus mecanismos de poder para se organizar e ordenar as pessoas em seu espaço, como vimos ao longo deste artigo. Chartier afirma que “o livro sempre visou instaurar uma ordem”. (Chartier, 1994/1999, 8). Logo, como as sociedades, o universo dos livros também sempre buscou uma ordem.

Por meio da história da leitura no mundo ocidental, observamos que sempre houve modos de ordenação, sejam eles pelos florilégios medievais, pela remissão à *auctoritates*, pelo comentário humanista ou pelo acompanhamento eclesiástico das leituras da *Sacra Scriptura* em voz alta (Cavallo; Chartier, 1998). Uma política de subjugação e de imposição da interpretação se instaurou na ordem dos livros, tanto a partir de escolas interpretativas, quanto pela queima de livros.

No entanto, a literatura, caracterizada por ser uma escrita moderna, também sofreu destas imposições interpretativas feitas pela crítica jornalística, pela crítica especializada, pelo mercado e pela cultura de massa em geral, e pelas políticas de regulamentação que impunham queimas de livros e censuras, ou dito em poucas palavras, o silêncio.

Em *história universal da destruição dos livros*, Báez (2006) mostra, como no século XX, a literatura e os livros em geral sofreram de destruições e de censuras fundamentadas naquilo que Foucault chamou de racismo, em sua relação com o biopoder. O biblioclastro nazista, as censuras aos livros comunistas nos Estados Unidos, o caso Salman Rushdie, o confisco e a queima de livros nos países Bálticos, na Revolução Cultural da China, e na ditadura da Argentina, são apenas alguns exemplos de destruição de livros fundamentada na política de extermínio de grupos que colocavam em questão a sociedade e o regime. O racismo moderno se baseia no apagamento da diferença e a queima de livros representa, na modernidade, esta falta de tolerância com o grupo que destoa da homogeneidade social.

Não é à toa que vemos regimes autoritários darem tanta importância aos livros e classificá-los como inimigos da ordem, pois a experiência de ler possibilita a transformação de nossas vidas, pensamentos e convicções. O livro literário, com sua maleabilidade reflexiva, pode causar um afrouxamento da rigidez estereotipada do pensamento, proporcionando novos modos de pensar e de existir, subvertendo o estado de coisas e provocando, deste modo, micro revoluções que podem se alastrar por toda a sociedade.

A leitura literária é uma dimensão da literatura privilegiada para analisarmos a dinâmica da subjetivação e da produção de singularidades na sociedade contemporânea, pois a literatura é atravessada por formas de resistência à língua maior e por forças de criação de novos modos de existir que resistem aos comportamentos estereotipados pela dinâmica hegemônica e pelas forças de regulamentação, de disciplina e de controle que impõem a melhor leitura e o que devemos ou não pensar. A leitura literária é, deste modo, um acontecimento que transforma nossa rede afetiva e cognitiva.

Referências Bibliográficas

- Almeida, L. P. (2007). *Escrita e Leitura: a produção de subjetividade na experiência literária*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Baéz, F. (2006). *História universal da destruição dos livros, das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Tradução de Léo Schlafman. RJ: Ediouro.
- Blanchot, M. (1959). *Le livre à venir*. France: Gallimard.
- _____. (1969). *L'Entretien Infini*. France: Gallimard.
- _____. (1997). *A parte do fogo*. Tradução de Ana Maria Scherer. RJ: Rocco. (Trabalho originalmente publicado em 1949)
- Cavallo, G. & Chartier, R. (Orgs.). (1998). *História da leitura no mundo ocidental (vol. 1)*. SP: Ática.
- Chartier, R. (1999). *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de M. D. Priori. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. (Trabalho originalmente publicado em 1994)
- Deleuze, G. (1992a). Controle e devir. Tradução de Pal Pélbart. In: *Conversações (1972-1990)*. RJ: Ed. 34, p. 209-218.
- _____. (1992b). Post-scriptum sobre as sociedades de controle. Tradução de Pal Pélbart. In: *Conversações (1972-1990)*. RJ: Ed. 34, p. 219-226.
- _____. (1997). *Crítica e Clínica*. RJ: Ed. 34.
- _____. (2003). Qu'est-ce que l'acte de création ? In: *Deux régimes de fous: Textes et entretiens, 1975-1995*. France: Les Éditions de Minuit, p. 291-302. (Trabalho originalmente publicado em 1987)
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1995a). Introdução: Rizoma. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa.. In: *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia, vol. 1*. RJ: Ed. 34, p. 11-38.
- _____. (1995b). 20 de Novembro de 1923 – Postulados da Lingüística. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. In: *Mil Platôs, capitalismo e esquizofrenia, vol. 2*. RJ: Ed. 34, p. 11-59.
- Dostoiéwski, F. (1982). *Crime e Castigo*. Tradução de Natália Nunes. SP: Abril Cultural.

Foucault, M. (1985). *História da sexualidade 2, o uso dos prazeres*. RJ: Graal.

_____. (1994). Nietzsche, la généalogie, l'histoire. In: *Dits et écrits II (1970-1975)*. Édition établie sous la direction de Daniel Defert et François Ewald. Paris, France: Ed. Gallimard, p.136-156. (Trabalho originalmente publicado em 1971)

_____. (1996). *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de R. Machado & E. J. Morais. RJ: PUC-Rio, Nau Ed. (Trabalho originalmente publicado em 1973)

_____. (1999). A Loucura e a Sociedade. Tradução de Vera Lúcia A. Ribeiro. Em: *Ditos e Escritos I. Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. RJ: Forense Universitária, p. 235-242. (Trabalho originalmente publicado em 1970)

_____. (1999). *Em defesa da sociedade*, curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. SP: Martins Fontes.

_____. (2001). O Que é um Autor? Tradução de I. A. D. Barbosa. In: *Ditos e Escritos III. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. RJ: Forense Universitária, p. 264-298. (Trabalho originalmente publicado em 1969)

_____. (2006). O que são as Luzes? In: *Ditos & Escritos II - Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.335-351.(Trabalho originalmente publicado em 1984)

Guattari, F. & Rolnik, S. (1986). *Micropolítica, cartografias do desejo*. RJ: Vozes.

Kundera, M. (1993). *Les Testaments trahis*. France: Gallimard.

Maupassant, G. (2000). Apparition. In: *Le Horla et autres récits fantastiques*. France: Librairie Générale Française, p. 89-97. (Trabalho originalmente publicado em 1883)

Nietzsche, F. (2001). *A Gaia Ciência*. Tradução de Paulo César de Souza. SP: Companhia das letras. (Trabalho originalmente publicado em 1887)

PIEGAY-GROS, N. (2002). *Le lecteur, textes choisis & présentés par Nathalie Piegay-Gros*. France: GF Flammarion.